

À

Comissão Eleitoral do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br

Prezadas(os) Senhoras(es),

A Associação Paulista de Saúde Pública – APSP, por meio de seu representante legal, vem manifestar seu interesse em participar do processo eleitoral do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br, considerando a crescente centralidade das tecnologias digitais e da governança da Internet para a garantia do direito à saúde e para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Fundada em 1972, a Associação Paulista de Saúde Pública é uma entidade da sociedade civil com histórica atuação no campo da Saúde Coletiva e da Saúde Pública. Desde sua constituição, participa ativamente dos debates políticos e sociais que contribuíram para o desenvolvimento da Reforma Sanitária Brasileira e, posteriormente, para a construção, consolidação e defesa do Sistema Único de Saúde. Ao longo de sua trajetória, a APSP tem promovido espaços de reflexão, articulação e mobilização envolvendo trabalhadores, pesquisadores, docentes, estudantes, gestores, movimentos sociais e demais atores comprometidos com o direito universal à saúde.

Nas últimas décadas, e de maneira cada vez mais intensa, as transformações digitais passaram a ocupar lugar estratégico na organização dos sistemas de saúde. A expansão da saúde digital, a informatização dos serviços, a interoperabilidade dos sistemas de informação e, especialmente, a implantação e expansão da Rede Nacional de Dados em Saúde – RNDs, colocam novos desafios para o SUS e para a sociedade brasileira.

Nesse contexto, a atuação institucional da APSP tem incorporado debates relacionados à digitalização do SUS, à governança e proteção dos dados em saúde, à privacidade e segurança das informações, à interoperabilidade dos sistemas e à soberania digital e tecnológica brasileira. Para a Associação, o avanço da transformação digital na saúde deve estar subordinado aos princípios constitucionais do SUS e à garantia dos direitos da população.

A concentração crescente da infraestrutura, das tecnologias, das plataformas e dos dados nas mãos de grandes corporações internacionais de tecnologia também exige atenção da sociedade civil e do poder público. A presença das chamadas big techs em áreas estratégicas suscita questões relativas à dependência tecnológica, ao controle e à utilização dos dados, à proteção das informações pessoais e sensíveis e à capacidade do Estado brasileiro de estabelecer políticas e infraestruturas digitais orientadas pelo interesse público. No campo da saúde, essas preocupações assumem particular relevância diante da natureza sensível e estratégica dos dados produzidos pelo SUS e da dimensão da população abrangida pelo sistema.

A APSP compreende, portanto, que a soberania digital deve ser considerada uma dimensão da própria soberania sanitária brasileira. A construção de uma infraestrutura digital pública, segura, interoperável e orientada pelo interesse coletivo constitui elemento fundamental para a consolidação de um SUS público, universal, integral e equânime.

É nesse cenário que a APSP considera estratégica sua participação nas eleições e nos espaços de governança do CGI.br. A governança da Internet não constitui uma questão exclusivamente tecnológica: envolve direitos, democracia, soberania, políticas públicas e as condições pelas quais informações e serviços essenciais à sociedade são organizados e disponibilizados no ambiente digital.

A participação da Associação nesse processo busca também contribuir para aproximar o campo da Saúde Coletiva dos debates sobre a governança da Internet no Brasil, incorporando às discussões do CGI.br questões relacionadas ao SUS, à saúde digital, à proteção de dados em saúde, à soberania tecnológica e à defesa do interesse público na transformação digital.

Dessa forma, a Associação Paulista de Saúde Pública manifesta formalmente seu interesse em participar das eleições do Comitê Gestor da Internet no Brasil, reafirmando seu compromisso histórico com a democracia, com os direitos sociais, com a participação da sociedade civil e com a defesa de políticas públicas orientadas pelo interesse coletivo.

Atenciosamente,



Tatiana de Vasconcellos Anéas
Coordenadora Estadual
Associação Paulista de Saúde Pública – APSP
São Paulo, 17 de Agosto de 2026.